

**AS MILITANTES CATARINENSES DURANTE A DITADURA
MILITARBRASILEIRA 1964 -1985^I
THE MILITANTS OF CATARIN DURING THE BRAZILIAN MILITARY
DICTATORSHIP 1964 -1985**

Iasmin Costa Fernandes^{II}

Tânia Mara Cruz^{III}

Resumo: O golpe civil-militar que ocorreu no Brasil no ano de 1964 e durou até 1985, marcou o país de muitas formas. A censura se tornou cada vez mais presente na vida dos brasileiros, os direitos dos cidadãos foram usurpados, principalmente o direito à liberdade. Em um cenário no qual a oposição ao governo ditatorial era silenciada, houve muitas pessoas que lutaram para a retomada da democracia e da liberdade de expressão. Entre esses militantes, estavam as mulheres de esquerda e foi sobre essas mulheres que essa pesquisa foi realizada. Por meio da pesquisa exploratória e bibliográfica trata-se de buscar na historiografia quem são e como são citadas as mulheres militantes catarinenses. Como resultado localizou-se, mais precisamente na historiografia das mulheres e em poucas obras, a presença de três mulheres militantes de esquerda de Santa Catarina, sendo elas: Derlei Catarina de Lucca, Raquel Felau Guizoni e Marlene Soccas. As militantes estiveram ligadas diretamente com os movimentos de resistência, sendo que a organização em que as três ativistas tiveram vínculos foi a Ação Popular. Na pesquisa aqui apresentada busca-se dar maior visibilidade às mulheres militantes catarinenses como protagonistas da luta contra a ditadura através de um breve resumo da história da vida de militante dessas mulheres, já que ainda permanece a ênfase no protagonismo masculino no conjunto das obras historiográficas.

Palavras-chave: Mulheres Militantes. Feminismo de Esquerda. Ditadura Militar Brasileira.

Abstract: The civil-military coup that took place in Brazil in 1964 and lasted until 1985 marked the country in many ways. Censorship became more and more present in Brazilians lives, citizens' rights were usurped, especially the right to freedom of expression. In a scenario in which the opposition to the dictatorial government was silenced, there were many people who fought for the re-establishment of democracy and freedom of expression. Among these militants were the left-wing women, and it was about women that this research was conducted. Through exploratory and bibliographical research, it is a question of searching in historiography who the militant women of Santa Catarina were and how they were cited. As a result, more precisely in the historiography of women and in a few books, the presence of three militant left-wing women from Santa Catarina was located: Derlei Catarina de Lucca, Raquel Felau Guizoni, and Marlene Soccas. The militants were directly connected to the resistance movements, and the organization with which the three activists had links was Ação Popular. The research presented here seeks to give greater visibility to militant women of Santa Catarina as protagonists of the

^I Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em História da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2020.

^{II} Acadêmica do curso de História da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Email: iasmincoosta@gmail.com

^{III} Doutora em Educação – USP. Professora no Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Email: tania.cruz@unisul.br

fight against dictatorship through a summary of the life history of these women due to the emphasis on male protagonism remains in historiographic works.

Keywords: Militant Women. The left-wing feminism. Brazilian Military Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar brasileira estabeleceu seu poder através da força em 1964 e durou até 1985, e para lutar contra esse sistema brutal, que reinava através de torturas e censuras, houve a resistência de muitos grupos. A ditadura causou grandes cicatrizes no corpo e na alma de muitas famílias brasileiras; a luta contra esse regime teve participação ativa de homens e mulheres, e aqui gostaríamos de destacar particularmente, as mulheres de Santa Catarina. E perguntamos: Quem foram estas militantes catarinenses? Quais seriam suas histórias? Estariam presentes na historiografia?

A história das mulheres raramente é contada na íntegra, as suas conquistas e lutas são ofuscadas e aparecem apenas em fragmentos, nos quais elas deixam de ser figuras centrais da sua própria história, para se tornarem coadjuvantes da história de outras pessoas. Dessa forma pretende-se com essa pesquisa exploratória, conhecer a história de mulheres catarinenses que estiveram envolvidas no movimento de resistência contra a Ditadura Militar no Brasil. Por não ser uma capital com forte movimento político na década de 1960 provavelmente há pouca ênfase na historiografia geral em relação aos acontecimentos de cunho político que ocorreram no estado, e ainda um tratamento insuficiente de estudos nessa área. Talvez houvesse alguma informação na história local e isso procuramos saber.

O período em que ocorreu a Ditadura Militar no Brasil ainda hoje se encontra muito nebuloso, muitas das atrocidades que ocorreram se mantêm escondidas e talvez nunca tomaremos conhecimento. Diante de um sistema antidemocrático, no qual as pessoas eram acusadas, julgadas e condenadas sem direito a defesa, a tortura era uma grande arma do poder ditatorial para conseguir as confissões que tanto queriam; todavia, nem sempre as confissões obtidas eram verdadeiras, pois a tortura era de tamanha crueldade, que não era incomum as pessoas dizerem apenas o que os torturadores queriam ouvir para que toda aquela dor chegasse ao fim.

Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010, p. 28) afirmam que:

O golpe militar, em 1º de abril de 1964, institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento,

deixando um legado sinistro: mortos e desaparecidos políticos, uma legião incontável de militantes - homens e mulheres - presos e torturados e histórias de vida truncadas. A política de repressão é praticada quando o poder político, aliado ao poder policial e militar, outorga-se o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte dos cidadãos. Exercer continuamente atos que sustentam essa política é um gesto que, aos poucos, torna-se sobre - humanamente desumano, e apaga, devagar, a repugnância inata ao crime.

Em um período marcado pela censura, a história de muitos que lutaram ao lado da resistência não pôde ser contada, pois suas histórias foram escondidas, assim como os seus corpos. Muitas pessoas hoje lutam para que suas vozes sejam ouvidas. Muitas mulheres foram protagonistas ativas, militantes que faziam parte dos movimentos de resistência e enfrentavam, além da desaprovação e perseguição pela escolha da luta política, muito preconceito, sendo julgadas pela sociedade por não cumprirem com a visão de “mulher” que a sociedade esperava delas. As mulheres nesse período não lutavam apenas pelos direitos delas, mas sim pelo direito de todos os cidadãos, que estavam tendo seus direitos básicos sendo usurpados.

No decorrer da leitura sobre a produção historiográfica do período, é possível ver que havia muitas mulheres inseridas nessa luta, como militantes e também esposas e filhas de guerrilheiros, que mesmo não participando dos movimentos de resistência tiveram a sua vida afetada de forma direta. Essas mulheres perderam o marido, o pai, e muitas delas não tiveram o corpo para sepultar já que nada se sabe sobre o paradeiro dessas pessoas desaparecidas. As mulheres não tinham o reconhecimento de serem militantes ativas, que lutavam por direitos civis, mas segundo relatos presentes na obra *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura militar*, Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010, p. 28) é possível saber que elas eram vítimas de torturas de cunho sexual, humilhadas e desconsideradas na participação ativa que tinham na luta.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a trajetória das militantes em Santa Catarina na resistência contra a Ditadura Militar no Brasil. Como objetivos específicos buscamos: descrever o contexto da Ditadura Militar no Brasil; caracterizar a luta contra o regime ditatorial e sua ação contra as mulheres; produzir uma breve trajetória e perfil das mulheres militantes de Santa Catarina no período da Ditadura Militar brasileira.

1.1 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi exploratória, pois visou a uma aproximação da pesquisadora com o tema pesquisado. Segundo Köche, (1997, p. 126) o intuito da pesquisa exploratória é “desencadear

um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” montando um panorama inicial do objeto de pesquisa. O procedimento para coleta de dados foi feito a partir de um levantamento de livros e artigos sobre o período 1964 - 1985, buscando localizar nessas obras a presença da história sobre as mulheres catarinenses militantes de esquerda.

A pesquisa desses materiais foi feita através das palavras-chave “mulheres”, “militantes”, “esquerda”, “resistência”, “clandestinidade” e “Santa Catarina”. Os locais buscados foram Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A pesquisa foi realizada dessa forma restrita, pois o tempo para o processo de desenvolvimento e da construção do trabalho era reduzido, de tal forma que não seria possível um aprofundamento bibliográfico mais exaustivo.

Por meio do levantamento desses dados, procura-se entender como a história das militantes catarinenses que lutaram contra a Ditadura Militar são descritas e inseridas na historiografia, se há um protagonismo, se suas histórias são contadas mais detalhadamente ou se são citadas como figuras secundárias. Para melhor estudar essas questões, a pesquisa apresentará o contexto histórico do período ditatorial e a seguir um breve histórico sobre as mulheres e a resistência. Por fim, focará na história específica das mulheres catarinenses militantes encontradas nos materiais pesquisados. No levantamento localizamos poucas obras que tratavam das mulheres militantes catarinenses e encontramos a referência a três militantes: Derlei Catarina de Luca, nascida na cidade de Içara no dia 17 de setembro de 1946, Raquel Felau Guisoni, nascida em Rio do Sul em 15 de março de 1941, e Marlene Soccas nascida em Laguna em 1934. A partir da bibliografia encontrada falaremos sobre as militantes.

2 CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

A Ditadura Militar se deu no período da Guerra Fria e decorrente do grande temor do “comunismo”, contou com a presença forte dos Estados Unidos que já atuava com estratégias políticas principalmente na América Latina. Neste contexto de medo do “inimigo vermelho” o então presidente João Goulart tomava medidas políticas de cunho social e popular com as suas Reformas de Base, que tinham como principal demanda a reivindicação de Reforma Agrária, que desagradava a elite conservadora e os latifundiários.

Nietto (2019, p.154) reflete sobre esses acontecimentos:

Assim, no Golpe Civil-Militar impetrado no Brasil em 1964, fica clara a participação externa dos EUA, buscada por setores militares, principalmente os de alta patente, e por uma parcela da sociedade civil, que viu nas mobilizações e nas reivindicações por direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, dos estudantes e de parte das camadas médias da sociedade um risco para os seus interesses de dominação e exploração das mais variadas formas. Para o governo dos EUA, a intervenção militar tinha o propósito de impedir o desenvolvimento de uma nação soberana e independente, tanto em nível econômico e social como cultural, e isso valia não somente para o Brasil, como também para os outros países latino-americanos que também sofreram com ditaduras militares.

Nietto (2019, p. 54) afirma que após a Revolução Cubana em 1959, a América-Latina virou o principal palco da guerra fria, com os EUA cada vez mais presente no desenvolvimento político desses países. Em função do perigo de que outros países da América do Sul se aliassem ao sistema comunista cubano, que passa a ter o apoio da URSS, os EUA apoiam no Brasil um movimento civil-militar. A grande manifestação civil contra o governo do presidente João Goulart, a chamada Marcha da família com Deus pela liberdade, exigia a intervenção militar e o *impeachment* do presidente acusando-o de ser comunista. Em resposta à mobilização civil e com o apoio dos Estados Unidos, que já disponibilizava tropas para auxiliar os militares, ocorre o golpe militar entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964. João Goulart se exila e há uma grande comoção popular no Brasil.

Em sua Obra “Ainda estou aqui” Marcelo Rubens Paiva afirma que:

A intenção do golpe de 64 era impedir o avanço comunista no Brasil e restaurar a democracia em dois anos. Não demorou muito, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, candidato favorito à reeleição, foi cassado, acusado de corrupção e de colaborar com comunistas. No primeiro teste eleitoral, em 1965, não foram eleitos os candidatos dos militares em Minas Gerais e Guanabara. Baixaram o AI-2. Partidos políticos foram extintos. O Poder Judiciário sofreu intervenção. Reabriram processos de cassação. Carlos Lacerda, governador do Rio, então aliado, foi surpreendentemente cassado. Logo ele, quem mais discursou a favor do golpe. O golpe dos governadores se tornou um golpe apenas dos militares.

Após o golpe, Castelo Branco foi o primeiro presidente instituído no período da ditadura militar, sendo que ele deveria permanecer no poder apenas pelo período do mandato de João Goulart, mas continuou no poder por um ano a mais. Seu governo foi marcado pelos dois Atos Institucionais. O primeiro Ato Institucional – AI-1, tinha como objetivo eleições indiretas para presidente, o aumento do poder executivo e principalmente a cassação de mandatos. Muitos foram atingidos por esse novo decreto, inclusive Juscelino Kubitschek, que era o candidato mais ameaçador para tomar a presidência na próxima eleição. De início, o foco eram os políticos

de inclinação à esquerda e opositores ao golpe, mas rapidamente, toda a população estava a mercê do governo, perdendo os seus direitos de cidadania. O golpe militar foi nomeado de “intervenção militar”, sendo apresentado como transitório até que ocorresse outra eleição para um novo presidente da república, dizia-se, “eleito democraticamente”.

Na sequência foi baixado o Ato Institucional nº 2 - AI-2, que permitia apenas o bipartidarismo, constituído pela Arena e o MDB, sendo os demais partidos políticos extintos, não dando abertura para eleições democráticas. Além desses dois atos institucionais, houve mais dois no governo do General Castelo Branco, o Ato Institucional nº 3 que tinha como objetivo as eleições indiretas para os governadores, e o Ato Institucional nº 4 cujo objetivo seria discutir uma nova constituição para o Brasil, mais condizente com o novo governo que se instaurou no país. Após a tomada do poder os militares continuaram nele por vinte e um anos, período que foi marcado por muito sangue, famílias destruídas e entrega do Brasil ao capital internacional.

O general Castelo branco adotou diversas medidas na parte econômica do país, medidas essas que outrora eram impopulares para a população, e que por esse motivo não foram implantadas por presidentes anteriores, mas nesse período o povo perdeu sua voz ativa. Essas ações econômicas eram compostas por aumento de endividamento externo, aumento de impostos, corte de gastos e arrocho salarial. Com essas medidas a economia aparentemente cresceu, havendo o período conhecido como o “milagre econômico”; em contrapartida a dívida externa do Brasil estava cada vez maior, a inflação não parava de aumentar, e o salário das pessoas não acompanhava esse ritmo aprofundando, portanto, a desigualdade social e econômica.

Após o governo do general Castelo Branco, foi instituído outro governo militar com o general Artur da Costa e Silva e que enfrentou um grande crescimento da oposição. Para acabar com os movimentos de resistência contra o sistema ditatorial militar, foi baixado o Ato Institucional nº 5.

Para Joffily (2005, p.70-71):

O Institucional nº5 (AI-5), emitido no mesmo dia 13 de dezembro de 1968, veio mostrar as verdadeiras intenções do governo Costa e Silva. O ministro Gama e Silva foi o responsável pela redação do texto, que permitia ao presidente, dentre outras prerrogativas: fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; cassar mandatos legislativos e executivos; suspender direitos políticos por 10 anos; demitir, remover, aposentar funcionários públicos civis e militares; demitir ou remover juízes; decretar estado de sítio; confiscar bens; legislar por decreto. Além disso, os acusados de crimes contra a Segurança Nacional deixavam de ter direito a

habeas corpus e passavam a ser julgados por tribunais militares, sem direito a recurso

Dessa forma, o AI-5 aumentou ainda mais o poder executivo, diminuiu o poder do judiciário, cortou a liberdade de expressão com o governo ditando todas as regras da censura. A partir desse momento a Ditadura Militar retirou a sua máscara e mostrou como iria funcionar o seu governo. Pessoas foram torturadas, perderam familiares e muitos perderam a vida. A tortura era algo comum.

Elio Gaspari (2002, p.24) afirma que:

Quando tortura e ditadura se juntam, todos os cidadãos perdem uma parte de suas prerrogativas, e, no porão, uma parte dos cidadãos perde todas as garantias. Nesse processo a tortura assume a função de derradeiro sinal de perigo, alterando a própria percepção da cidadania. Desenvolve-se um estratagema ameaçador através do qual a violência protege o regime alimentando um mecanismo de compensações.

As torturas eram feitas através de meios brutais, sendo elas físicas e psicológicas, e todas tinham o intuito de levar a pessoa ao seu extremo. Como a população tentava reagir, o modo de calá-la foi o medo. A censura se tornou parte da vida dos brasileiros, nada podendo ser dito ou especulado sobre o governo e seus aliados; todo e qualquer tipo de fagulha que viesse a ser considerado conspiração, era motivo para a pessoa ser perseguida, presa, torturada ou morta.

3 AS LUTAS DE RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA E O PAPEL DAS MULHERES

A procura por informações sobre as mulheres militantes desse período não foi um movimento simples de pesquisa. Pouco presentes na historiografia, referências a elas foram encontradas particularmente nas obras que tratam da história das mulheres, o que justifica ainda a pertinência da escrita de uma história das mulheres que antecede a história das relações de gênero, mas que pode se combinar a ela (PERROT, 2019).

Koerich em sua obra, *Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura no Brasil*, explica que entre a década de 1960 e 1970 houve grande expansão das universidades no Brasil, possibilitando a abertura para as mulheres entrarem no mundo acadêmico. Dessa forma as mulheres conheciam temas que antes não eram permitidos a elas. Em meio a grande repressão e censura que a população brasileira sofria no período da Ditadura Militar, muitos estudantes

estavam envolvidos com as lutas de resistência esquerdista, como as ligas e movimentos estudantis, e foi nesse contexto que muitas mulheres ingressaram na luta.

Uma das consequências do envolvimento com os grupos de resistência era a grande perseguição que os integrantes sofriam por parte do governo e de seus aliados. Para conseguir escapar e proteger as suas famílias, os militantes eram obrigados a viver na clandestinidade.

Koerich (2014, p.2) diz que:

Na clandestinidade - homens e mulheres - militantes políticos de oposição à Ditadura Militar no Brasil, tiveram suas vidas transpassadas pela negação de si mesmos, onde a perda de identidades e de suas referências tornou-se algo comum, o que se justificava pelas ações dos repressores, que buscavam aniquilá-los, física e moralmente.

Para manter a liberdade e a saúde física, era necessário deixar familiares e amigos para trás, e ao assumir uma nova identidade, os militantes mudavam radicalmente as suas vidas. Era necessário esquecer o seu nome e o de seus companheiros, começar uma vida com outro nome, e com outra história, para que assim pudesse se proteger, e proteger os demais que estavam envolvidos nos movimentos de oposição contra a ditadura militar. A vida na clandestinidade tinha como necessidade, além de se esconder da repressão, esquecer o nome de todos os companheiros de luta, pois se fossem pegos não poderiam entregá-los. Há muitos relatos de mulheres que chegaram a esquecer os próprios nomes, pois de tanto mudar e se apresentar com outra identidade, havia momentos que não se recordavam mais dos seus nomes originais.

A repressão causada pela Ditadura Militar usurpou os direitos de liberdade dos cidadãos. Todos eram suspeitos até que se provasse o contrário, desta forma, a integridade física e psicológica das pessoas estava em constante perigo. No momento em que havia suspeitas de movimentos de oposição, as pessoas eram presas sem direito a defesa. As seções de interrogatórios para conseguir as confissões sobre os nomes dos demais participantes das organizações de oposição ao governo eram frequentes, sendo a tortura o meio mais utilizado.

Entretanto, pelo espaço político ser considerado majoritariamente masculino, no qual as mulheres não eram consideradas aptas a ter e dar opinião, houve muita dificuldade para serem aceitas nesse meio. Além das lutas enfrentadas no dia a dia contra a ditadura, as mulheres tiveram uma segunda batalha, a de se inserirem nos grupos de resistência.

De acordo com Colling (2014, p.3)

A mulher militante política nos partidos de oposição à Ditadura Militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Causava

estranheza aos conservadores, que mulheres invadissem um campo, que, segundo eles, não é o seu.

As mulheres enfrentaram diversos obstáculos com os próprios companheiros de luta para obter o direito de lutar pelos seus ideais. Nos grupos de resistência que participavam eram constantemente testadas e diversas vezes “relembradas” que não estavam ocupando o lugar correto. Dentro dos grupos de esquerda havia essa visão de que a mulher não estava no lugar em que deveria estar; um ponto importante para destacar esse fato é que mesmo muitas mulheres participando fervorosamente da luta e mudando a sua vida para seguir esse ideal, raros são os relatos de mulheres que estiveram em posição de destaque nos partidos e grupos de oposição contra a Ditadura Militar no Brasil.

Cristina Scheibe Wolff (2011, p.33), afirma:

Nas memórias de muitas mulheres participantes da luta de esquerda armada no Cone Sul nos finais dos anos 1960 e início de 1970, é muito claro um sentimento de amargura com relação às organizações das quais elas faziam parte. As acusações são muitas, e fortes: as mulheres raramente chegavam a postos de direção, tinham que estar a todo instante provando que eram confiáveis, corajosas e fortes, e elas tinham que se desligar de tudo o que representava sua feminilidade para serem levadas a sério. Além disso, a elas eram costumeiramente delegadas tarefas consideradas como secundárias.

Dessa forma, a mulher tinha que sempre mostrar o seu valor, e lutar para conseguir o seu espaço nessa luta. É difícil encontrar entre os registros historiográficos, a mulher como sujeito político, lutando lado a lado com os homens para o fim da Ditadura Militar. Quando lembradas são vinculadas às figuras masculinas. Os militantes eram compostos por homens e mulheres que lutavam em conjunto, mas a figura feminina nessa causa que ela tanto se sacrificou, era ofuscada pelo fato de ser mulher.

A história das mulheres na resistência brasileira é subestimada na historiografia como pudemos constatar em nossa breve pesquisa, mas nas torturas sabe-se que eram as “preferidas” dos torturadores, e por isso tiveram o seu corpo e a sua dignidade violada por incontáveis vezes. Merlino e Ojeda (2010) exploram, em sua obra, a tortura como uma violência de gênero, devido ao seu cunho sexual ser muito grande.

Ainda de acordo com a obra de Tatiana e Igor (2010, p.30), a tortura feminina era:

A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após

sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais.

As mulheres eram constantemente estupradas, tinham os seus corpos violados de todas as formas possíveis; muitas que ainda estavam em período de amamentação foram submetidas a procedimentos para que o leite secasse, porque os torturadores se incomodavam e perdiam o desejo por elas. Em seções de tortura, às vezes sequer havia perguntas, pois ao chegarem na sala, eram imediatamente estupradas para suprir os desejos de seus torturados.

4 AS MILITANTES DE SANTA CATARINA

No decorrer da pesquisa, encontramos três mulheres militantes catarinenses, sobre as quais descreveremos suas trajetórias militantes, e que categorizamos a partir do que mais se destacou na literatura lida sobre elas. A seção 4.1 intitulada de “A coragem e a resiliência de uma militante”, trata-se da militante Derlei Catarina de Luca, a qual foi descrita o trajeto de sua vida militante. A seção 4.2 intitulada de “A maternidade como fim da militância” trata-se da trajetória da militante Raquel Felau Guizoni, concentrando principalmente na conciliação da maternidade e luta contra o sistema autoritário. A seção 4.3 intitulada de “Trajetórias cruzadas de resistência”, é referente a militante Marlene Soccas, a qual relata as vivências de Marlene, focalizando principalmente no período em que ela entrou para a resistência.

4.1 A coragem e a resiliência de uma militante

A militante Derlei Catarina de Luca por ter publicada a sua autobiografia intitulada “*No corpo e na Alma*” (2002) permite conhecer em detalhes a vivência de uma militante de esquerda no período da ditadura no Brasil. Essa militante é citada nas obras de Olivia Rangel Joffily (2005) intitulada *Esperança Equilibrista: Resistencia feminina à Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)* e de Rose Méri Nietto (2019) intitulada *Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: Uma militante de esquerda em tempo de ditadura civil militar no Brasil (1960-1970)* que utilizam a autobiografia de Derlei como informação sobre a sua história e a do período, mas de modo superficial. Entre os artigos e dissertações que foram encontrados, os autores que se aprofundaram na trajetória de Derlei e sobre os quais nos basearemos aqui foram Josiély Koerich, cujo trabalho foi intitulado *Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade* (2014) e Heloísia Nunes Dos Santos (2017) intitulado *Memórias militantes: Narrativas autobiográficas de militantes da ação popular*. A obra de Koerich apresenta como foco a trajetória de Derlei no

período em que ela teve que conciliar maternidade e militância, e Nunes se aprofunda em uma análise global da autobiografia.

Derlei Catarina de Luca, nasceu na cidade de Içara, no dia 17 de setembro de 1946, estudou Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse período ela começou a participar dos Movimentos Estudantis, tornando-se uma de suas dirigentes entre os anos de 1967 e 1968 na UFSC. Koerich cita essa parte da trajetória de Derlei em sua obra, “Em sua atuação neste chegou a ser presa juntamente com outros treze estudantes da UFSC no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo. Por outro lado, foi por meio do Movimento Estudantil que Derlei passou a integrar-se a Ação Popular (AP) em 1966.” (2014, p.5). Derlei foi uma militante muito envolvida com as lutas e as manifestações de resistência que a Ação Popular (AP) organizava, tais como a panfletagem, os comícios e as pichações, eram os principais feitos como forma de resistência.

A AP teve suas raízes na Juventude Universitária Católica (JUC); no decorrer de sua história muitos militantes da JUC se aproximaram cada vez mais dos ideais comunistas e se envolveram em vários movimentos sociais, o que desagradou a hierarquia da igreja católica criando conflitos, que não concordava com o caminho escolhido por estes jovens. Dessa forma, se fez necessário uma organização laica, a qual estaria ligada diretamente com os movimentos sociais políticos. A oficialização da formação da Ação Popular se deu em um processo de três reuniões, sendo que a terceira, ocorrida em Salvador, em 1963, deu origem ao I Congresso da Ação Popular. Nunes aborda esse documento em sua obra:

Tal documento de fundação trazia a perspectiva do “socialismo como humanismo”, não fazia menções ao cristianismo, com um perfil político próprio, distante ainda do marxismo, mas apontando para a formação de um movimento revolucionário que tinha por objetivo promover a transformação das estruturas da sociedade brasileira, tendo como referencial o socialismo. (2017, p. 98)

No início de sua formação a AP ainda era influenciada pelo cristianismo, algo que só deixou de existir em 1968, quando a AP rompeu definitivamente com os ideais cristãos e se definiu pelo marxismo-leninismo. A corrente ideológica da organização explica o movimento de integração na produção conforme proposto pela AP; movimento reforçado pelo fato de que a maioria dos integrantes da organização eram de classe média alta, e se considerava necessário conhecer e aprender sobre a vida camponesa e operária, estratégia que se intensificou ainda mais durante o período da clandestinidade.

Após a instauração do Ato Institucional nº 5, a repressão ficou maior sobre os militantes de esquerda, e para poder continuar no país com segurança, muitos militantes tiveram que entrar para a clandestinidade, Derlei entrou no dia 13 de fevereiro de 1968, mesmo dia em que foi baixado o AI-5. Nunes (2017) narra que “Derlei começa seu deslocamento de cidade em cidade, casa em casa, até que em 1969, foi designada pela Ação Popular para desenvolver um trabalho junto ao movimento operário, logo, dirigiu-se a Curitiba para iniciar seu processo de ‘integração na produção’.” (Nunes. 2017, p. 142-143). A integração no processo de produção se tratava de uma estratégia da AP, para que os militantes aprendessem na prática a vida de operários e camponeses, a qual os estudantes de classe média não tinham conhecimento prático; essa integração visava conseguir o apoio do proletariado na luta contra a ditadura.

Derlei foi presa em uma lanchonete pela polícia militar, inicialmente confundida com a advogada Maria Aparecida Costa que era uma das militantes que estavam nos cartazes como “Procurada”. No entanto, mesmo após a prisão de Maria Aparecida no Rio de Janeiro ela continuou sendo mantida presa, e com diversas seções de torturas. Nunes (2017) em sua obra, *Memórias Militantes: Narrativas Autobiográficas de Militantes da Ação Popular*, aborda esse momento em que Derlei foi presa pela polícia militar e logo em seguida foi entregue para a Operação Bandeirante, “[...] Derlei Catarina de Luca narra que assim que chegou no quartel da Polícia Militar de São Paulo, em 23 de novembro de 1969, e logo depois na Operação Bandeirante, para onde foi transferida, sofreu torturas físicas intermináveis.” (2017, p.130). Para complementar as informações do que ocorreu no seu primeiro contato com a Operação Bandeirante (Oban), Nunes utiliza um trecho da autobiografia de Derlei no qual ela detalha as agressões sofridas.

Segundo Derlei (2002 p. 84)

Já na Operação Bandeirante dizem: - para você a guerra acabou. Agora você vai conhecer a sucursal do inferno. A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram. Quem dirige a tortura é o Capitão de Artilharia do Exército Homero César Machado, chefe da equipe B de Interrogatório. Loiro, olhos azuis, temperamental. Comanda os demais. Capitão Mauricio pede licença e quebra mais dentes. São 9 homens, cada um querendo aparecer e fazer melhor que o outro. Me preparo para a morte. É uma decisão que só os torturados podem entender. Tudo mais torna-se superficial diante da morte.

A militante narra que havia várias formas para torturar os presos políticos havendo “[...] instrumentos como o “pau de arara”, choques elétricos, a “pimentinha”, o “afogamento”, a “cadeira do Dragão”, a “geladeira”, insetos e animais em geral, produtos químicos e diversos outros fizeram parte do arsenal da repressão.” (Nunes, 2017, p. 133). Esse período deixou muitas marcas nessa militante, sendo elas físicas e psicológicas. Após diversas seções de torturas, e sem conseguir obter nenhuma confissão de Derlei, ela foi liberada por acreditarem que ela não tinha informações importante sobre a organização de esquerda.

Após ser liberada da prisão, a AP entrou em contato com ela e a designou para serviços na Bahia, na mesma linha de continuar sua integração junto às classes operárias. A Ação Popular tinha rígidas regras para os seus integrantes, regras essas que interferiam de forma na vida pessoal deles. Nunes aborda alguma dessas recomendações que a organização tinha para todos que integravam.

Nunes (2017, p.151)

Havia dentro da estrutura da Ação Popular a recomendação para que os militantes não tivessem filhos, nem relacionamentos afetivos, principalmente com pessoas de fora da Organização porque isso gerava um risco a mais para segurança, sobretudo, em caso de prisão já que filhos e conjugues tornavam-se alvos da repressão.

Derlei, em sua vida na clandestinidade, se envolveu com uma pessoa que não fazia parte da organização, em um relacionamento que trouxe diversas provações, como relata em sua autobiografia.

Há entre nós uma situação tensa. Eles não aceitam meu namoro com um rapaz de fora da Organização. Irritam-se. Tem dias em que a situação é insustentável. Tião e Matos (companheiros com quem divide o aparelho), mexem nos meus papéis e pegam minhas cartas. Fica difícil trabalhar quando essas situações acontecem. Matos realmente me advertira: este relacionamento vai acabar com sua militância. (DE LUCA, 2002, p.36-37)

Derlei sofreu duras críticas sobre o seu relacionamento, e recebeu críticas ainda mais duras quando descobriu a sua gravidez. Contra as orientações da organização ela decidiu manter a gravidez, relatada com detalhes em sua autobiografia.

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com pai da criança. – É uma loucura ter um filho nestas condições. – Pode deixar. Eu crio sozinha. Não deu outra coisa! A gravidez decorre num clima difícil entre

tarefas de reorganização a nível regional da AP, a presença constante do perigo e a má vontade do marido com a criança por nascer. (DE LUCA, 2002, p.191)

Toda essa pressão sofrida por Derlei na escolha de uma maternidade que ia além da militância foi cada vez maior, tendo que se desdobrar para conseguir manter a gravidez e cumprir as tarefas da AP. Foi um período difícil, mas não tão difícil quanto a escolha que ela teve que fazer após o nascimento de seu filho, quando seu companheiro, mesmo não sendo membro da organização de esquerda, foi detido e ela teve que entregar a criança nos braços de uma desconhecida para que assim ele fosse entregue à sua mãe passados aqueles momentos difíceis. Após ser presa, teve temor de que utilizassem seu filho nas seções de tortura contra ela.

Saio dali sangrando, física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. O coração estava paralisado. [...] Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas. [...] Tento me convencer de que fiz o mais correto; comigo ele corria riscos. Podia ser presa a qualquer hora e não suportaria vê-lo ameaçado como Igor na Bahia. Argumentos racionais e lógicos importam muito pouco para uma mãe que teve de abandonar o próprio filho. Não consegui me perdoar nunca, mesmo os companheiros e o psiquiatra dizendo que foi a atitude mais razoável. Era o filho do meu coração, com apenas três meses e nove dias de idade, frágil, magrinho, começando a tomar sopinha. (DE LUCA, 2002, p.142)

Após esse dia da entrega de seu filho, Derlei só o viu depois de um ano, e só pode tê-lo novamente consigo após a sua ida para o exílio em Cuba.

Derlei, assim como muitas mulheres que estavam inseridas na luta, foi uma mulher forte, abriu mão de sua família, aguentou a prisão e a tortura sem a delação, tendo que viver a maior parte da sua juventude na clandestinidade, a qual doou em prol dos ideais da AP na luta contra um sistema opressor.

4.2 A maternidade como fim da militância

A militante catarinense Raquel Felau Guizoni foi a que menos informações foram encontradas por nós deixando algumas lacunas sobre sua trajetória. Após a pesquisa bibliográfica a localizamos apenas no artigo já citado de autoria de Josiély Koerich, *Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade (2014)*. Como o tema já sugere, a obra trata sobre a maternidade de algumas mulheres militantes entre elas de Raquel, abordando de forma mais profunda esse período da vida de Raquel, mas deixando lacunas nos demais momentos de sua trajetória.

Raquel nasceu em Rio do Sul, no dia 15 de março de 1941, ela fez o curso de Geografia e História em Curitiba por volta do início da década de 1960, cuja vida acadêmica abriu-lhe as portas para o conhecimento de movimentos estudantis que ocorriam no período como muitas mulheres da época. Segundo Koerich foi “[...] onde passou a entrar em contato com a juventude Universitária Católica (JUC), participando ativamente do Movimento Estudantil e do Diretório Acadêmico, assim como dos encontros da UNE.” (2014, p.5)

Através de suas atuações na JUC, que se tratava de uma organização que tinha como base as ideologias católicas tradicionais, Nunes aborda mais profundamente em sua obra, “Seus princípios eram de um movimento conservador e clerical que tinha como objetivo central influenciar o sistema educacional brasileiro, promovendo a cristianização de uma futura elite intelectual que estava se formando nas universidades.” (2017, p. 93). Raquel participou da formação da organização Ação Popular (AP); engajada nesse processo, participava ativamente das reuniões, estando presente inclusive, na reunião que foi a responsável pela criação da AP, que ocorreu em fevereiro de 1963 em Salvador.

Koerich em sua obra, utiliza entrevistas feitas com Raquel e seu marido Divo, para compreender melhor como foi a trajetória nesse período de luta, e foca, principalmente no período em que eles estavam na clandestinidade, e como a maternidade nesse período era “um ponto fraco” para os pais que estavam envolvidos na luta contra a ditadura e salienta que “Raquel, ao escolher ficar com a filha, procura conciliar militância e maternidade, mesmo sabendo que a ditadura utilizava as crianças durante as sessões de tortura.” (2014, p.13)

A luta vem acompanhada por diversas dificuldades, tal como a perseguição do governo, principalmente após a promulgação do AI-5, quando a censura e a repressão ficaram muito maior e um dos caminhos para conseguir se manter vivo foi a clandestinidade. A AP dava como prioridade o envio das mulheres para as cidades, para que assim trabalhassem em fábricas, como ocorreu com Derlei. Todavia, nem todas se adaptavam a esse perfil e mudavam seus destinos de militância, conforme suas trajetórias de vida.

Koerich explica essa situação (2014, p. 6-7)

Isto sucedeu com Raquel. Casada com Divo, outro militante da AP e, grávida de seis a sete meses, ambos, no ano de 1968, fizeram um levantamento do local onde poderiam se integrar. Conforme ela: “como eu e o Divo éramos de origem camponesa, achamos que o melhor lugar para se integrar era o campo.” Assim, com o nascimento da filha, acabam por se integrar na região rural do Paraná de modo clandestino. Porém, devido a delações à polícia de que poderiam ser militantes de organizações de esquerda, permaneceram no local somente no período de um ano, posteriormente deslocando-se para a cidade de São Paulo.

A vida na clandestinidade vinha com diversas dificuldades, principalmente a perda da própria identidade, e a ruptura abrupta com todos os conhecidos e companheiros de luta. Assim como o afastamento dos familiares, pois nas entrevistas de Raquel e Divo analisadas por Koerich eles falam sobre muitas dificuldades nesse período, como a falta de contato com os seus parentes, sendo que Raquel só tinha notícias de sua mãe através de terceiros, e soube do falecimento de seu padrasto só após dois meses de sua morte. Em uma de suas falas, Divo cita a dificuldade que ele tinha em explicar para suas duas filhas pequenas as várias mudanças de nomes, pois a cada vez que eles mudavam de cidade também mudavam seus nomes e criavam uma nova história de vida. Na obra citada Koerich não analisa a questão das duas filhas, focando mais na primeira maternidade.

Como já visto, a AP orientava todos a não terem relacionamento afetivos com pessoas sem vínculos com a organização, e particularmente, a não terem filhos, pois considerava necessário que os integrantes estivessem totalmente comprometidos com os ideais da organização, e tudo o que pudesse mudar esse foco ou colocá-lo em risco não era bem visto.

A maternidade provocava a mais forte ruptura da igualdade entre os sexos dentro da organização, dentre todas as dificuldades de reconhecimento que já existiam e acompanhavam as militantes que estavam à frente das lutas, sendo mais comum o tratamento de coadjuvante dos homens e mais ainda, de seus maridos. Raquel em entrevista concedida a Joana Maria Pedro em Florianópolis, no dia 15 de outubro de 2013, cita essas dificuldades.

Na clandestinidade o Divo tinha suas coisas e eu tinha que ficar cuidando da casa das crianças, etc. Isso me deixava... Não me caía bem. Eu não me sentia confortável. Eu achava que não era por aí. No entanto, frente à realidade, o que a gente ia fazer. Naquele momento não dava. Ou dava condições para ele fazer ou não. Por que eu fazer... Sei lá, talvez se eu batesse o pé talvez pudesse mudar... (GUISONI, 2013)

Na entrevista é possível analisar que Raquel, nessa volta do tempo, lastima não estar nas reuniões e participar mais ativamente dos movimentos de resistência em que o seu marido estava envolvido. Ainda que fizesse parte da mesma organização, observa-se nesse ponto as diferenças de tratamento que eram impostas as mulheres nesse período, e que talvez elas não se dessem conta de que se agravariam ao optarem pela maternidade. Suas incertezas sobre se poderia mudar ou não caso resistisse remetem às próprias decisões pela maternidade, em que a decisão ficava com elas desde que arcassem com o ônus do isolamento.

Também podemos analisar nessa fala de Raquel como a questão das relações de gênero em relação à divisão sexual do trabalho com o cuidado da casa e dos filhos, é uma situação

recorrente na história das mulheres que participaram da luta. Mesmo ela abrindo mão da estabilidade, abrindo mão principalmente da sua identidade, deixando seus familiares e amigos para abraçar os ideais de uma organização pela qual ela lutava e até havia criado, a presença da maternidade punha tudo a perder.

4.3 Trajetórias cruzadas de resistência

Sobre a trajetória da vida militante de Marlene Soccas foi utilizada para consulta a dissertação intitulada *Memórias, identidade e o processo de formação política de Marlene Soccas: Uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Militar no Brasil (1969-1970)* de Rose Méri Nietto, na qual é transcrita toda a trajetória de vida de Marlene, que utiliza como fonte primária, por sua vez, a entrevista que ela mesma fez com a militante, e também o livro escrito por Marlene Soccas, cujo título é *Meu querido Paulo*.

Nascida na cidade de Laguna em 1934, onde Marlene Soccas viveu parte de sua infância trabalhou ainda jovem “na empresa dos Correios e Telégrafos e, concomitantemente, estudou Odontologia, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, tornando-se Cirurgiã Dentista no ano de 1955.” (NIETTO, 2019, p. 26).

A sua militância teve início apenas no final da década de 1960. Marlene não estava muito engajada nos assuntos políticos e menos ainda na esquerda, tanto que quando ocorreu o Golpe Militar em 1964 ela acreditava que o país enfim estaria em boas mãos pois acreditava que o país estava em uma situação caótica. Nietto aborda essa questão em sua obra (2019, p. 155).

O pensamento de que os militares colocariam “ordem na casa”, ou dariam “jeito no Brasil”, provavelmente estava relacionado à visão de Marlene Soccas, assim como de parte da população brasileira, de uma conjuntura política, social e econômica em desordem, caótica, cuja responsabilidade era creditada ao governo federal, personificado na pessoa do Presidente João Goulart, que era associada ao comunismo e, portanto, à subversão da ordem capitalista.

Assim como Marlene, muitas pessoas acreditavam que a “Intervenção Militar” era necessária, e sobretudo, algo positivo para a população. Só no decorrer das ações do governo ditatorial que se implantou no poder, é que foi possível perceber que os militares não estavam intervindo momentaneamente, mas dando um golpe de estado e colocando a liberdade e a democracia em risco.

O primeiro contato de Marlene com as ideias de resistência foi a partir de Paulo Stuart Wright com quem teve o seu primeiro encontro um pouco antes do golpe de 1964, em um ônibus a caminho de Florianópolis. Nessa viagem, os dois conversaram sobre assuntos de interesse mútuo. Como explica Nietto, “Na época em que Marlene Soccas conheceu Paulo, antes do Golpe de 1964, ele era o único Deputado Estadual evangélico e representante do Partido Social Progressista (PSP) na Assembléia Legislativa de Santa Catarina” (2019, p. 158). Após o Golpe de 1964, o mandato de Paulo foi cassado, e ele teve que procurar asilo político, primeiramente no México, em seguida em Cuba.

Em 1966, Marlene encerra as suas atividades como dentista em Criciúma e decide ir para São Paulo para aperfeiçoar os seus estudos na área, se matriculando na Universidade de São Paulo (USP), na faculdade de Odontologia e fez diversos cursos complementares para se aperfeiçoar. O principal objetivo de Marlene era fazer a sua carreira como pesquisadora na Universidade de São Paulo. Mas as coisas mudaram quando Paulo volta do exílio e a procura.

Sobre a relação de Paulo com a formação militar de esquerda de Marlene, Nietto esclarece (2019, p. 189)

Como é possível perceber pelas declarações de Marlene Soccas, a sua “primeira bagagem política” esteve ligada à sua relação com Paulo. Ele, ao lhe fornecer ou indicar livros e outros materiais de esquerda, bem como propiciar momentos de discussão política sobre estes e sobre o contexto político em que estavam vivendo, contribuiu sobremaneira para a sua formação política. Sendo assim, ficou evidente que além de uma relação intelectual e política que se estabeleceu entre ambos, o tipo de relação afetiva que se construiu entre Paulo e Marlene Soccas também foi relevante para a sua inserção na luta de resistência à ditadura, conforme narrado por ela anteriormente.

O primeiro contato que Marlene teve com leituras que remetiam às ideias de esquerda foi por meio de Paulo, que aos poucos atraía Marlene para o caminho da militância. Mas mesmo Paulo sendo o responsável pelas “primeiras bagagens políticas” de Marlene, ele não a chamou para entrar na Ação Popular. Como Marlene em alguns momentos se manifestava com ideias favoráveis a possíveis revoluções socialistas, ela começou a criar vínculos com outras pessoas que tinham ligações com organizações de esquerda. Dessa forma, a primeira relação com uma organização de esquerda que Marlene participou não foi a AP. Nietto salienta esse fato em sua obra (2019, p. 204)

Um dos primeiros jovens com quem Marlene Soccas (2017d) teve contato na Vila Leopoldina, onde morava, foi Joelson Maria Crispim, a quem conheceu por intermédio de um garçom, conhecido pelo apelido de Cabeça, que trabalhava em um bar, perto do seu consultório, o qual ficava em uma sala, no seu apartamento. Tanto o jovem Joelson, como sua irmã, Denise, e a mãe de ambos, Encarnacion, faziam parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O pai dos jovens, e marido de

Encarnacion, era José Maria Crispim. Tanto Joelson como seu pai foram mortos pelo regime militar, posteriormente.

Nesse período Paulo começou a se afastar de Marlene, pois a Vanguarda Popular revolucionária (VPR) era uma organização de luta armada, diferente da linha que a AP seguia. Marlene participou do início da formação da VPR, estando presente nas primeiras conversas, em que os ideais e os integrantes da organização foram se formando, e entre eles estavam o Cabo Onofre Pinto que tinha saído do exército e também militantes da Política Operária (POLOP). A VPR se tratava de uma organização guerrilheira, que ia para o confronto armado, sendo um de seus feitos mais conhecidos o sequestro do embaixador alemão, o qual tinha por objetivo de trocá-lo por presos políticos. Mas mesmo Marlene iniciando a sua militância na VPR, ela não participou de nenhum conflito armado, nem mesmo da preparação deles, sendo a distribuição de panfletos a única ação em que ela esteve presente (Nietto, 2019, p. 220).

Assim como muitos outros militantes, após o AI-5, para proteger a sua vida e a organização, Marlene teve que entrar na clandestinidade. Marlene e Cabeça moravam em uma casa juntos, simulando que eram um casal para passarem despercebidos pelos vizinhos. Diferentemente do que os integrantes da AP faziam na clandestinidade, que era a integração com o proletariado, a VPR não costumava permitir que os integrantes de sua organização trabalhassem em fábricas ou tivessem alguma integração, com medo de serem presos e comprometerem a organização. Para manter financeiramente todos os que estavam vivendo na clandestinidade, a organização buscava várias formas para arrecadar dinheiro. Segundo Nietto, “Uma das formas de arrecadar recursos financeiros, a fim de manter essa estrutura clandestina, era a realização de assaltos aos bancos, que eram considerados pelos grupos armados como “expropriações” [...]”. Eles acreditavam que roubar os bancos não era algo ruim, já que lá estava a exploração do trabalho de toda a classe trabalhadora.

Marlene, pela sua formação política e também pela sua aproximação com Paulo, não simpatizava com essa forma que a VPR agia, e o que ela realmente queria era se integrar com a classe operária. Devido a essa discordância de ideias, houve o desligamento de Marlene com a organização. Após esse processo, Marlene retorna para Laguna, em 1969 e permanece lá durante seis meses, até abril de 1970, onde ficou morando com a sua família. Nietto expõe os três motivos que levaram o retorno de Marlene para Laguna, (2019, p. 236):

Como ela havia decidido que iria se dedicar integralmente à luta e que entendia que corria o risco de morrer, resolveu retornar para a sua cidade natal e se desfazer dos bens materiais que possuía [...] A sua ida para Laguna também estava relacionada ao fato de que Paulo ficaria afastado por

aproximadamente seis meses de São Paulo, por causa de uma viagem que faria à China, cujo destino Marlene Soccas desconhecia à época. [...] Outro motivo referido por ela é que precisava pensar e estudar melhor sobre a revolução.

Marlene estudou muito nesse período em que ficou afastada da militância; além de estudar ela também ia à praia com os seus sobrinhos, e readquirido seu hábito de pintar telas, chegando ao total de dezoito (Nietto, p.239). Se inicialmente suas pinturas eram cópias de fotografias, depois, com toda a experiência política adquirida no período da militância, as suas pinturas se concentravam mais no cotidiano de trabalho das pessoas de Laguna. Em suas palavras: “[...] pintei o mercado e as praias ali de Laguna. Pinte telas muito bonitas, o pessoal trabalhando na colheita de mandioca, na pesca do camarão lá na Lagoa do Imaruí, aquela lagoa bonita ali” (SOCCAS, 2017e, p. 31). Como havia combinado com Paulo, após esses seis meses Marlene retornaria para São Paulo e o encontraria para iniciar as suas tarefas nas fábricas; entretanto os dois não mais conseguiram se encontrar.

Marlene retorna para São Paulo em 1970, e logo que chega se instala em uma pensão na cidade de Santo Amaro. Um mês após a sua chegada na cidade, Marlene é presa. Nietto utiliza um texto de Marlene do livro escrito por ela narrar esse acontecimento.

[...] quando retorno a São Paulo, aluguei um quarto numa pensão em Santo Amaro, região industrial de São Paulo, preparando-me para procurar trabalho nas fábricas, na intenção de me juntar organizadamente com a classe revolucionária, a classe operária, e iniciar um trabalho dentro dela, junto a ela, e não apesar dela, nem passando por cima dela. Entretanto, ainda tinha vínculos tanto de amizade, como de discussão com os militantes da luta armada. E foi um desses companheiros, que, não resistindo às torturas, me entregou num ponto onde marcamos encontro. Assim, fui sequestrada na Avenida São João, fomos colocados em carros separados e os militares nos levaram direto para a OBAN, Operação Bandeirantes, mais tarde denominada DOI-CODI. Fui encaminhada imediatamente para a sala de torturas, e elas começaram, também, imediatamente. (SOCCAS, 2014, p. 200)

Marlene foi torturada durante 14 horas; depois dessa seção de tortura ela foi levada a cela, sendo deixada lá apenas por duas horas, quando foi novamente levada para as salas de torturas, lá permanecendo por mais 20 horas. Essas longas seções de tortura tinham o intuito de fazê-la falar sobre qual seria o seu ponto de encontro com Marcos Arruda, que era um militante da AP, já que a informação do encontro foi obtida através de um bilhete que estava em sua bolsa. Após esse longo período de tortura que Marlene não suportou mais, concordou em levá-los ao ponto de encontro onde Marcos Arruda fora preso. Ambos passaram por diversas seções

de torturas simultaneamente, sendo que além das torturas físicas estava presente a psicológica porque os torturadores os responsabilizavam pela tortura um do outro.

Marlene ficou dez dias na OBAN, e após esse período ela foi transferida para Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde permaneceu por mais de um mês. Para Nietto ir ao “DOPS significava, muitas vezes, que os/as militantes não estavam mais invisíveis para o Estado. Ali eles/as eram registrados/as, o que não implicava necessariamente que as torturas cessariam” (2019, p. 257). Após o tempo em que ela ficou no DOPS foi transferida para o Presídio Tiradentes, local em que permaneceu até o fim de seu período de prisão.

Segundo Nietto (2019, p. 268)

Marlene Soccas, assim como boa parte das/os outras/os presas/os políticas/os estavam detidas/os preventivamente. No caso dela, que foi presa em 10 de maio de 1970, o julgamento desse processo ocorreu somente no dia 27 de setembro de 1971, mais de um ano após a sua prisão, conforme ela escreveu na carta de 3 de outubro de 1971 (SOCCAS, 1971b, p. 1). Nela, ela relatou que foi condenada à pena máxima de dois anos de reclusão, sendo enquadrada no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional.

Marlene saiu da prisão em 1972, retornando para Criciúma onde se aproximou do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era um dos poucos partidos legais do período; tendo ajudado na organização da juventude dessa agremiação, mesmo não se filiando a ele. Depois, Marlene continuou a sua trajetória como militante de esquerda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe civil-militar que ocorreu no Brasil no ano de 1964 e durou até 1985, marcou o país de muitas formas. A censura se tornou cada vez mais presente na vida dos brasileiros, os direitos dos cidadãos foram usurpados, principalmente o direito à liberdade. Em um cenário no qual a oposição ao governo ditatorial era silenciada, houve muitas pessoas que lutaram para a retomada da democracia e da liberdade de expressão. Entre esses militantes, estavam as mulheres de esquerda e foi sobre essas mulheres que essa pesquisa foi realizada. Por meio da pesquisa exploratória e bibliográfica tratou-se de buscar na historiografia quem são e como são citadas as mulheres militantes catarinenses.

Consideramos que a trajetória de vida das três mulheres localizadas em nossa pesquisa, nos mostra as grandes dificuldades em que elas passaram no período de luta contra a repressão, e como elas tinham que passar por diversas provações para serem respeitadas como militantes.

Vimos com muita clareza a grande dificuldade de encontrá-las na historiografia geral como protagonistas, pois esse lugar, por muito tempo, ficou reservado aos homens. Apenas em poucas obras que tratam da história das mulheres encontramos a figura feminina como protagonista, e as observamos em estudos recentes e em textos, na maioria das vezes, escrito por mulheres.

Dessa forma vemos a procura recorrente de mulheres pesquisadoras pelo reconhecimento da trajetória militante dessas mulheres que estiveram frente a frente com o autoritarismo, e que enfrentaram o regime e também todas as dificuldades em suas organizações de esquerda, nas quais sofriam com a falta de reconhecimento de seus esforços.

REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria. Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: **Revista Espacialidades[online]**. v. 15, n. 1, 2019. p. 48 - p. 61

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 2002.

GUISONI, Raquel Felau. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Florianópolis, 15 out. 2013. Acervo do LEGH/UFSC.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia da pesquisa**. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. In: **Revista Santa Catarina em História**. V. 8, n.1, 2014. p. 86 - p.104.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

MERLINO, Tatiana; OJEDA. **Luta, substantivo feminino**: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura militar. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NIETTO, Rose Méri. **M Memórias, identidades e o processo de formação política de Marlene Soccas: Uma militante de esquerda em tempos de Ditadura Civil Militar no Brasil (1960 -1970)** Dissertação (Pós-graduação em Educação) - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, Criciúma, 2019.

NUNES, Heloísia. **Memórias militantes: Narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular** Dissertação (Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda Estou Aqui**. São Paulo: Editora Alfabeta, 2015.

PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**. Tradução de Angela M.S. Correa. 2.ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

SOCCAS, Marlene. **Meu querido Paulo**. Criciúma: Ed. do Autor, 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul nos anos de 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita. **Relações de Poder e Subjetividades**. Ponta Grossa, Toda palavra, 2011. p. 31- p.48.